Ata da 34ª Reunião Ordinária do 4º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo Vereador Adriano Reinhardt, Primeiro Secretário. Presente a totalidade dos vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a Senhora Presidente encaminhou às Comissões Técnicas o Projeto de Lei Complementar n° 16 de 2024, os Projetos de Lei do Executivo Municipal n° 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624 e 625 de 2024, o Veto Total n° 01 de 2024, o Projeto de Lei do Legislativo n° 127 de 2024 e o Certificado de Regularidade n° 157 de 2024. **ATA:** A Senhora Presidente informou que a cópia da ata da 33ª reunião ordinária de 2024 foi enviada aos vereadores, colocando-a em discussão e votação. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade. A Senhora Presidente informou que a Câmara de Vereadores deu início ao Projeto Câmara Sem Papel, logo, as atas passam a receber apenas as assinaturas de forma digital. **MATÉRIAS EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO:** **Requerimento de Informação n° 69 de 2024** – Autor: Jairson Sabino – Ao Executivo Municipal requerendo informações sobre o outdoor contendo publicidade institucional do Município. Com a palavra, o Vereador Jairson Sabino disse que se trata de uma denúncia feita por um munícipe contendo relatos, fotos e vídeos, informando que na data de onze de julho de 2024, na Rua Antonio Kaesemodel, próximo ao mercado Compre Mais, número 1131, em frente à faixa da via, se encontrava um outdoor contendo publicidade inconstitucional do município. Disse que, considerando o artigo 73, inciso VI, alínea “a”, da Lei n° 9.504 de 1997, que veda nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços, campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral. Considerando o dever dos integrantes do Poder Legislativo de fiscalizar os atos do Poder Executivo, prezando pela legalidade e probidade dos atos governamentais e dos serviços públicos. Deste modo, leu os questionamentos presentes no Requerimento de Informação em discussão. Com a palavra, a Vereadora e Líder de Governo, Terezinha M. Dybas disse que o Requerimento de Informação contém muitos questionamentos que se encontram no Portal de Transparência, podendo ser consultado. Comentou que o Regimento Interno da Câmara de Vereadores, mais precisamente nos artigos 216 e 217, disciplinam o que deve ou não ser encaminhado como Requerimento de Informação. Disse que nesse caso, como as informações requeridas se encontram no Portal da Transparência, o Regimento Interno diz que não deve ser feito através de Requerimento de Informação. Salientou que é contra o pedido do Requerimento de Informação,

pedindo que caso os outros vereadores também entenderem desta forma, que votem desfavoravelmente ao requerimento. Com a palavra, o Vereador Hélio Alves, se referindo ao Vereador Jairson Sabino, autor do Requerimento de Informação, comentou que este fala que os vereadores sempre votam contrários aos Pedidos de Informação. Disse que quando o Requerimento de Informação tem fundamento, de sua parte, sempre será favorável. Mas, disse que um pedido de informação de um outdoor, que pode ter passado despercebido, visto o tanto de problema que acontece na cidade e podem ter esquecido de retirar o outdoor. Comentou que o munícipe que viu o outdoor, deveria ligar para qualquer vereador ou, até mesmo para a Prefeitura e avisar, não realizando um pedido de informação deste tamanho, levando em conta o tempo que será necessário para responder. Disse que existem várias coisas para se preocupar na cidade e que agora terão que ficar respondendo uma coisa desnecessária, pedido de informação de uma placa que ficou mais tempo que deveria. Com a palavra, o Vereador Jairson Sabino ressaltou que não concorda com a Vereadora Líder de Governo, quando disse que tudo se encontra no Portal de Transparência, pois está fazendo o pedido na Casa de Leis e que não se trata de especulação. Disse que discorda com o termo usado pela Líder de Governo e que, em sua opinião, é necessário manter a linha, que sabe o que é uma especulação e o que não é. Deixou claro que se trata de um Requerimento de Informação e que no Portal da Transparência não achará as respostas aos questionamentos realizados. Disse que independente do que o Vice-Presidente Vereador Hélio Alves acha, com todo o respeito, que o responsável por retirar a placa teria mais trabalho para fazer, se trata de período eleitoral, o que torna a ação de deixar o outdoor no local com publicidade, propaganda e informação proibida por lei. Disse que o responsável ter outras funções e obrigações para fazer, é irrelevante, pois não questionou sobre isso. Questionou, se caso deixarem essas situações "passarem batido", até quando o Governo em questão irá fazer outdoor, se aproximando do dia cinco de outubro talvez. Ressaltou que caso o Requerimento de Informação seja rejeitado, assim como vários outros que já foram, irá buscar as respostas de outra maneira, talvez buscar na imprensa do Estado ou apoio no Ministério Público. Garantiu que irá trazer as informações a público para o contribuinte eleitor. Pediu para que os vereadores votem favoráveis ao Requerimento de Informação. Com a palavra, o Vereador Adriano Reinhardt garantiu seu apoio ao Vereador autor do Requerimento, pois na Câmara tanto é falado sobre transparência, sendo o pedido uma forma de transparência para o munícipe, cidade e Legislativo. Salientou que lei é lei. E, não havendo outras manifestações, o Requerimento de Informação foi colocado em votação, sendo rejeitado por seis votos desfavoráveis a três votos favoráveis. Os votos desfavoráveis foram dos Vereadores Hélio Alves, Antonio S.L. de Oliveira, Terezinha M. Dybas, Darlan A. Guliani, Alisson A. Hastreiter e Karen L. Fechner. Os votos favoráveis foram dos Vereadores Adriano Reinhardt, Jairson Sabino e Carla O. Hofmann. **MATÉRIAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Projeto de Lei do Legislativo n° 123 de 2024** – Autora Zuleica Voltolini – Institui o uso do Cordão AVC Estrela para identificação de pessoas acometidas por acidente vascular cerebral (AVC), no

âmbito do Município de São Bento do Sul. Com a palavra, a Vereadora Zuleica Voltolini disse que esse Projeto propõe a criação do Cordão AVC Estrela para ajudar as pessoas que sofrem ou sofreram com o AVC. Disse que, conforme dados do Ministério de Saúde, o AVC é uma das principais causas de morte no país. Explicou que a implantação do cordão visa facilitar a prestação de cuidados específicos, considerando as possíveis limitações e necessidades dos acometidos pelo AVC. Leu o artigo primeiro da lei para melhor entendimento do objetivo e motivo de sua criação. Pediu a aprovação dos demais vereadores. E, não havendo manifestações, a Senhora Presidente colocou em votação o Projeto, sendo aprovado por unanimidade. **Projeto de Lei do Legislativo n° 124 de 2024** – Autor: Darlan A. Guliani – Declara de Utilidade Pública a Associação Catarinense de Levantamentos Básicos (ACLB), de São Bento do Sul. Com a palavra, o Vereador Darlan A. Guliani disse que se trata de um esporte com muita representatividade na cidade de São Bento do Sul, crescendo dia após dia. Comentou sobre a convocação da atleta Eduarda Gonçalves para representar o esporte a nível mundial, em Malta. Disse que a atleta entrou em contato com o Vereador, para que fosse feito esse Projeto com a academia em que treina para tornar de utilidade pública o levantamento básico. Disse que a entidade em questão, é a única filiada à Federação Brasileira de Levantamento Básico e, por sua vez, é a única entidade brasileira filiada à Federação Internacional de Powerlifting, que faz testes em todos os seus atletas para verificar a possibilidade de antidoping e, por consequência, também é a única entidade vinculada ao COI, trazendo a oportunidade para que o levantamento se torne uma modalidade olímpica. Pediu a aprovação do Projeto aos demais vereadores. E, não havendo manifestações, a Senhora Presidente colocou o Projeto em votação, sendo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO:** **Projeto de Lei do Executivo n° 614 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar, por meio do ingresso de transferência especial do Estado de Santa Catarina, o orçamento de 2024 e dá outras providências. Com a palavra, a Vereadora Terezinha M. Dybas disse que se trata do valor de trezentos mil reais que foi intermediado pelo então Deputado Ricardo Alba, a partir de uma conversa com o Vereador Hélio Alves e ex-Vereador Paulo Zwiefka, é destinado à construção de uma unidade de saúde no bairro Lençol. Disse que o valor não é suficiente, mas é um valor muito considerável para que essa obra possa ser realizada. Disse que na segunda discussão irá pedir pela aprovação dos demais vereadores. E, não havendo manifestações, a Senhora Presidente informou que o Projeto passará pela segunda discussão em sessão futura. **Projeto de Lei do Executivo n° 615 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar o orçamento de 2024 por excesso de arrecadação e dá outras providências. Com a palavra, a Vereadora Terezinha M. Dybas disse que se trata do valor de vinte e cinco mil reais que se refere aos rendimentos de aplicações financeiras e será destinado à UPA, conforme emenda original recebida. Ressaltou que a emenda foi feita pelo Deputado Silvio Dreveck. Disse que na segunda discussão irá pedir pela aprovação dos demais vereadores. E, não havendo manifestações, a Senhora Presidente informou que o

Projeto passará pela segunda discussão em sessão futura. **Projeto de Lei do Executivo n° 616 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo Municipal a suplementar o orçamento de 2024 por superávit financeiro e dá outras providências. Com a palavra, a Vereadora Terezinha M. Dybas disse que se trata dos valores de trezentos e quinze mil, cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos e cento e setenta e oito mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e seis centavos. Disse que na segunda discussão irá pedir pela aprovação dos demais vereadores. E, não havendo manifestações, a Senhora Presidente informou que o Projeto passará pela segunda discussão em sessão futura. **Projeto do Executivo n° 617 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Altera a Lei 1.007 de 10 de agosto de 2004, que trata sobre a guarda, o depósito e a venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas vias públicas de São Bento do Sul. Com a palavra, a Vereadora Terezinha M. Dybas disse que houve um apontamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pedindo para que seja atualizada a regulamentação do preço da tarifa pública praticada por terceiro que faz o serviço de guarda de veículos. Disse que a forma que se encontra na Lei, incluída no ano de 2012, está defasada considerando o atual cenário de mercado. Disse que se trata de duas alterações. Uma delas é para alterar a área que o terceiro terá que oferecer, proporcionando abrigo para, no mínimo, cem veículos automóveis e cento e cinquenta motocicletas e a tarifa pública será fixada por meio de decreto do Poder Executivo. Disse que na segunda discussão irá pedir pela aprovação dos demais vereadores. E, não havendo manifestações, a Senhora Presidente informou que o Projeto passará pela segunda discussão em sessão futura. **Projeto de Lei do Legislativo n° 125 de 2024** – Autor: Zuleica Voltolini – Altera artigo da Lei n° 43, de 29 de novembro de 1977, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica “Orestes Guimarães”. Com a palavra, a Vereadora Zuleica Voltolini disse que irá se manifestar na defesa do Projeto na segunda discussão. E, não havendo manifestações, a Senhora Presidente informou que o Projeto passará pela segunda discussão em sessão futura. **PALAVRA LIVRE:** Com a palavra, o Vereador Darlan A. Guliani, se reportando à sua fala da sessão passada, quando falou sobre a questão do atendimento do bem-estar animal, quando comparou o atendimento de pequenos animais com animais de grande porte, retificando suas palavras quando falou sobre os exames feitos em cavalos, pois antes mesmo de sair da Câmara no dia de sua fala, recebeu diversas mensagens afirmando que a Secretaria de Agricultura não paga pelos exames, os quais são pagos pelos proprietários dos cavalos. Mas continuou dizendo que o bem-estar animal não vem atendendo animais de pequeno porte. Disse que recebeu um áudio, no qual uma pessoa de dentro da Secretaria pediu para que a pessoa fizesse uma denúncia na ouvidoria, para que o caso fosse verificado. Ressaltou que é um processo demorado e que se fosse sobre um ser humano, chegaria para a missa de sétimo dia e animal irá encontrar a ossada, não havendo nada mais para ser feito. Citou o nome da médica veterinária Camila, que foi exonerada, mas que era uma profissional que corria atrás, realizava atendimentos, fazendo um bom trabalho, em sua opinião. Disse que das três vagas

de médico veterinário, apenas uma era preenchida e que este médico veterinário acabou se aposentando. Ressaltou que não se deve deixar os animais de pequeno porte desassistidos. Comentou sobre uma reunião e uma audiência pública que teve na quinta-feira. Sobre a reunião com o Concidade, disse que as Vereadoras Zuleica e Karen também estiveram presentes e que foi uma das reuniões mais produtivas que já participou. Disse que seria interessante a presença da comunidade como um todo. Assim como a audiência no Instituto Federal, uma vez que o Instituto tem como plano trazer para o município os cursos de química, física e matemática, para a formação de professores. Disse que é uma profissão que dá base a todas as demais, ligada diretamente com a formação, moral e desenvolvimento social, cultural e, até mesmo, financeiro dos cidadãos. Mas disse que infelizmente, as pessoas não querem mais seguir a profissão, não apenas pelo salário que poderia ser maior, mas por outros motivos. Disse que as pessoas que se fizeram presentes na audiência eram da instituição ou eram ligadas à educação, mas o público de cidadãos realmente era pequeno. Disse que quanto mais pessoas envolvidas nestas questões, mais ideias e soluções para alguns problemas e melhorias na cidade. Com a palavra, a Vereadora Carla O. Hofmann disse que concorda com o Vereador Darlan na questão dos exames, embora seja pago pelo dono do animal, toda a Secretaria está posta para que os servidores se desloquem ao local com carro da Secretaria, materiais da Secretaria, portanto há um significativo investimento do município nessa situação. Disse que concorda com a necessidade de equacionar esses valores, para que sejam distribuídos também aos pequenos animais, atendendo o bem-estar como um todo. Comentou, abordando o assunto do veto advindo do Executivo, pela denominação da Promosul, proposto pelo Vereador Jairson Sabino, disse que ficou impressionada com o assunto, pois teve a impressão de que foi noticiado que a Promosul fazia parte do patrimônio de São Bento do Sul, inclusive foi comemorado que esse patrimônio chegou e que, a partir daquele momento, seria gerido pelo município. Mas, pelo que parece, a razão do veto se deu por este motivo, é de que o complexo e toda a estrutura não chegaram a integrar o patrimônio do município e não se trata de bem público efetivamente. Disse que por esses motivos, às vezes é preciso fazer Requerimentos de Informação, tendo as informações mais exatas, pois o Vereador Sabino fez uma proposta, recebendo agora o veto por uma situação que, ao seu ver, se tratava de um imóvel que já fazia parte do patrimônio do município. Comentou sobre dois despachos em apuração de situação de fato, em autos do Ministério Público, em que um é relacionado à questão das calçadas da Rua Paulo Chapiewsky, como já havia sido mencionado pelo Vereador Adriano, que trouxe essas informações, relatando a existência de um erro do município em relação à via pública, que não foi respeitado o traçado. O Ministério Público concordou que não se pode atribuir aos proprietários de imóveis da via que organizem suas calçadas, pois teriam que alterar inclusive a divisa, demolindo muros, entre outros. Ressaltou a importância de brigar para que qualquer obra pública, independentemente de qual governo e sigla partidária que tiver que fazer, que seja extremamente bem planejado. Uma vez que, quando bem-organizada as obras, evitam-se situações como a da Rua Paulo Chapiewsky, ponte que não liga a

lugar nenhum, entre outras. Comentou sobre o outro despacho, do dia dez de julho, a respeito da Lei da criação dos cargos, que tanto foi mencionada na Câmara. Disse que o Ministério Público apontou alguns desses cargos, pedindo para que o Centro de Apoio ao Ministério Público em Florianópolis passe a atuar e, que muito provavelmente, terá uma ação de inconstitucionalidade novamente anulando a Lei que foi aprovada na Casa de Leis. Parabenizou a Sociedade São Bento que realizou no domingo a tradicional Festa do Colono, mas que infelizmente devido ao mal tempo, não foi possível realizar o desfile, como feito todos os outros anos. Trouxe uma reflexão, referente a uma nota do blog do Luzardo Chaves sobre alguns investimentos da Câmara de Vereadores, dizendo que os investimentos não foram discutidos. Disse que é lógico que esses investimentos não foram discutidos, pois se trata de uma deliberação exclusiva da Presidente da mesa e isso não se coloca em plenário. Com a palavra, o Vereador Hélio Alves utilizou-se da fala da Vereadora Carla, dizendo que também se sentiu chateado com a reportagem feita sobre o investimento da Câmara de Vereadores, disse que não é contra, pois vê a necessidade de uma reforma, mas que talvez deveria ter sido melhor conversado antes, por se tratar de um valor mais alto. Comentou sobre a Câmara sempre estar economizando recursos, por exemplo, vários vereadores indo atrás de emendas utilizando seus carros particulares e sem utilizar diárias. Economias que possibilitam repassar dinheiro ao hospital, um milhão de reais antes e agora mais cento e vinte e quatro mil reais. Comentou obre o salário dos vereadores, que após anos, ainda não teve aumento. Disse que apenas com o salário de vereador, não conseguiria fazer a metade do que faz, deixando seu negócio próprio nas mãos de seu filho e se dedicando inteiramente à política e sua função como vereador. Comentou sobre a iluminação pública, que vem cobrando há muito tempo, inclusive para que seja feita a iluminação do Trevo do Lençol. Disse que conversou com o Secretário e que este falou que estavam licitando uma empresa para realização dos serviços. Disse que toda semana acontece algum acidente no local, sendo cobrado todos os dias pelos munícipes uma solução. Ressaltou que quando necessário defender, defende, mas quando precisa cobrar, irá cobrar. Deixou registrado que o que pode fazer, está fazendo. Com a palavra, a Vereadora Terezinha M. Dybas comentou a respeito da nota que saiu na semana passada, em relação à reforma da Câmara de Vereadores, disse que a Câmara já fez uma nota esclarecendo que a nota foi assinada pela Câmara de Vereadores, mas, na verdade, é a Presidência da Câmara de Vereadores. Disse ter uma sugestão, mas que irá falar melhor com os demais vereadores, vez que essa situação não é a primeira vez que acontece nessa legislatura. Disse que quando há uma necessidade ou a intensão de fazer algum investimento maior, a presidência acaba assumindo sozinha a situação. Tanto que falou com o Vice-Presidente Vereador Hélio, o qual disse que não estava sabendo da situação. Então, não se trata da mesa, mas sim, da presidência. Disse que acredita que a presidência não precisaria ficar sozinha com essa incumbência, que poderia ser feita uma alteração, uma resolução, para que todos os valores que sejam maiores que a dispensa de licitação, devessem ser discutidos em plenário e, após aprovados, serem devidamente encaminhados. Disse que desta forma, a

responsabilidade não ficaria nas costas da Presidente, como neste caso e em casos anteriores. A respeito do veto sobre assunto da Promosul, disse que irá falar com mais profundidade quando da discussão do veto. Disse que no mês de março, quando saiu o anúncio da oficialização da negociação da Promosul, que estava finalizada, com todo o acompanhamento do Ministério Público concordando com todas as ações que foram realizadas, com Lei aprovada na Câmara de Vereadores, mas naquele momento havia sido entregue a posse da Promosul para o município de São Bento do Sul e não a propriedade, o que existe uma diferença. Disse que o motivo do veto é a não apropriação ainda, pois o Ministério Público entende que primeiro deve ser extinta a entidade Fundação Promosul, para depois fazer a transferência da propriedade. Disse que conversou com o Vereador Jairson Sabino e o Dr. Tiago, Assessor Jurídico da Casa, para que esse Projeto fosse colocado para segunda discussão apenas após a transferência ter efetivamente sido realizada para a Prefeitura, mas acabou indo antes. Disse que assume a culpa, pois no dia da votação, deveria ter questionado se de fato a transferência foi realizada, mas não perguntou, acreditando que, conforme as conversas que teve anteriormente, a transferência teria acontecido. Não aconteceu e, por este motivo, o veto. Comentou sobre o Monte Carlo, onde, na semana passada, aconteceu o desmoronamento da rua. Disse que neste local estavam sendo feitos os preparativos para pavimentação, que foram suspensos assim como na Teresa Conrad no ano de 2022, que também um trecho grande da rua cedeu, mas que foi recuperado e depois finalizada a pavimentação. Disse que no Monte Carlo irá acontecer da mesma forma. Relembrou que no mesmo loteamento, no ano de 2009 ou 2010, ocorreu um outro problema idêntico de movimentação de terra, em que cinco residências vieram abaixo. Sobre a iluminação pública, sugeriu que seja colocado na página da Câmara de Vereadores os telefones úteis. Disse que os atendimentos se encontram em uma situação tranquila e, no momento, o que precisa é chegar nessas informações até a pessoa responsável pela iluminação. Disse que já estão sendo feitas rondas para verificar se existem lâmpadas queimadas e o local que se encontram para que sejam trocadas. Disse que o número que dobrou, que comentou na sessão passada, foi em virtude dessas rondas que uma dessas equipes está fazendo. Disse que é importante estes números em um local em que os munícipes possam consultar, pois, por exemplo, a maioria de seus vizinhos errou o dia da coleta seletiva, tendo em vista que essa coleta teve alteração nos dias, mesmo saindo em todos os jornais da cidade e sendo entregue um comunicado na fatura de água. Disse que sugeriu também ao SAMAE, para que coloque essas informações nos grupos de WhatsApp, pois é o meio que as pessoas mais prestem atenção. Comentou sobre a Rua Paulo Chapiewsky, mostrando fotos, disse que na sessão em que o Vereador Adriano colocou que os moradores não estavam satisfeitos, disse que foi uma decisão do Executivo em seguir o Projeto da forma que ele tinha sido feito. Disse que se era a melhor decisão ou não, não sabe. Mas salientou que o morador tem todo o direito de fazer a denúncia e que agora o Ministério Público terá de fazer o levantamento e decidir qual é o interesse da coletividade. Com a palavra, a Vereadora Zuleica Voltolini comentou sobre algumas melhorias que devem ser feitas na Câmara de

Vereadores. Disse que estranhou a forma como foi, pois ainda se trata de um Projeto, sendo analisado e estudado. Salientou que são melhorias que precisam ser feitas, assim como na casa de cada um, que com o passar do tempo, muitas coisas precisam de reformas. Disse que o Projeto foi para a AMUNESC e pediram orientações, que a AMUNESC fez uma estimativa de valores, podendo ser gasto até menos do que o previsto, por exemplo, o telhado recém reformado na Câmara, que utilizou um valor abaixo do esperado. Comentou que ainda haverá uma licitação, sendo um processo lento, ainda mais com a nova Lei. Comentou que na quinta-feira houve o concurso de oratória das escolas coordenado pela JCI, tendo como tema "O futuro da educação: como a inteligência artificial vai mudar a forma que aprendemos". Comentou que foram jovens do 8º e 9º ano discutindo sobre o tema, em que a vencedora foi a aluna Renata Eduarda Feliciano da Escola Básica Municipal Lúcia Tschoeke, que irá representar o município na etapa regional, que está prevista para acontecer na cidade de Chapecó. Em segundo lugar, a aluna Letícia Augustin Borges da Escola Básica Municipal Coronel Osny Vasconcellos e em terceiro lugar a aluna Rebeca Paulina Persico da Escola Básica Municipal Hercílio Malinowsky. Parabenizou a JCI e seus apoiadores. Com a palavra, o Vereador Jairson Sabino comentou que no dia quinze de julho é o Dia do Homem que foi instituído como forma de atenção para população masculina cuidar da saúde. Sobre o Requerimento de Informação, mais uma vez recusado, disse que virou moda, mas garantiu que irá atrás fazendo seu papel, levando o assunto ao Ministério Público. Sobre a iluminação, concordou com o Vereador Hélio que virou lambança, vez que existem vários trevos às escuras na cidade, citando o exemplo do trevo da Avenida dos Imigrantes e do bairro Lençol, tornando os locais perigosos devido a falta de iluminação. Sobre a reforma que a Câmara de Vereadores possui Projeto e estava sendo mencionado, disse que se os vereadores não devem se importar com todos que falam o que devem ou não fazer, palpitando nos assuntos da Câmara. Disse para estes que se inscrevam em um partido político e se candidatem, concorrendo uma eleição, que sejam eleitos e, então, deem seu palpite. Pois até então, é a Presidente quem decide. Disse que não se importa se será discutido com os dez vereadores ou apenas com a mesa, mas que o trabalho deve ser feito, não perguntando para blogueiro ou influencer o que acham, pois existem os dez vereadores, mesa diretiva e Presidente para decidir sobre o assunto. Comentou que, até o momento, não viu influencer ou blogueiro dando palpite nas ações e reformas que o Fórum faz, por exemplo, pois também é um poder. Destacou que no dia dezesseis de julho é comemorado o Dia do Comerciante, sendo uma importante engrenagem que gera emprego, imposto, renda, salário, entre outros. Parabenizou a todos os comerciantes que fazem esse importante papel na economia. Sobre o veto ao Projeto, em um veículo de credibilidade, até que se prove o contrário, a Prefeitura emitiu uma nota com o título "Promosul é oficialmente da Prefeitura". Até que o Governo atual disse que existe diferença entre posse e propriedade. Relembrou que todos os vereadores votaram a favor, logo, por unanimidade, pela homenagem ao ex-Prefeito Osvaldo Zipperer, que não existia nada que restringisse. Com a palavra, o Vereador Adriano Reinhardt apresentou fotos, sobre a Rua Paulo

Chapiewsky. Disse que desde o início da obra, alertou sobre as irregularidades da execução do Projeto, mas que não levando a sério, o município fez mesmo assim, sem qualquer fiscalização e sem escutar a população, simplesmente por pavimentar e ter mais uma rua “na conta”. Disse que em 2020, esse Projeto previa estacionamento, mas que agora é uma via para bicicletas, pois não é possível colocar um estacionamento nessa via devido ao Executivo não ter levado a sério quando o Vereador comentou sobre, dizendo ser politicagem. Questionou quem pagará o preço por essa ação. Comentou que passou pela Câmara um Projeto de adequação das calçadas que, por um milagre, foi retirado. Comentou que, juntamente com a Vereadora Carla, teve uma conversa com o Secretário, na qual esclareceram suas dúvidas, que até mesmo ele ficou com dúvidas. Disse que, em seu entendimento, o município estava jogando a conta para o munícipe. Disse que o Projeto da via previa quinze metros de largura, mas falaram que foi feito do jeito que está devido aos postes, pois teriam que ser deslocados. Garantiu que seria muito mais barato mudar os postes de lugar do que a correção que o Município terá que fazer. Sobre a nota que saiu no blog, já mencionado por outros vereadores, disse que não se trata de duzentos mil reais para plantar flor, mas sim realizar a manutenção predial, bem como oferecer acessibilidade aos servidores e público que utiliza o local. Disse que a Casa de Leis já repassou muito dinheiro para o hospital, fazendo sua lição de casa, coisa que o Executivo não está. Comentou sobre a escola do quilômetro oitenta no bairro Dona Francisca, que exatamente há um ano, o município recebia a ordem do Ministério Público para reconstruir e recuperar a construção da escola, tombada desde 1928. Disse que, naquele momento, foi criado um plano de ação para comprar uma tenda para cobrir a escola e evitar que ela se degradasse ainda mais. Deveriam iniciar a obra de reconstrução e recuperação do imóvel conforme os padrões exigidos, sob pena de multa diária do Ministério Público, mas que, até o momento, não foi feito nada. Disse que já passou um ano da licitação dessa tenda e, até o momento, nada foi feito. Disse que o Estado tombou a escola, e o município irá derrubar. Questionou se deverão bater palmas por ruas pavimentadas e esquecerem das manutenções que deveriam ser feitas e a falta de transparência, pois a rejeição novamente de um pedido de informação. Leu o parecer técnico que saiu no jornal que dizia “[...] assim, de acordo com a sentença do Juiz da Comarca, deste primeiro semestre de 2021, a Prefeitura tem o pleno conhecimento a respeito dos reparos e da reforma necessários para a conservação e a reparação do referido imóvel tombado que lhe pertence, contudo não realizou qualquer obra significativa com intuito de, ao menos, desacelerar a sua deterioração ao longo dos anos que se sucederam, a ponto de ser nítido o tratamento de abandono dado ao imóvel pela municipalidade”. E, não havendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que será realizada no dia vinte e dois de julho de 2024, às dezenove horas. Mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 15 de julho de 2024.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

ALISSON ANTÔNIO HASTREITER

ANTONIO SERGIO LINO DE OLIVEIRA

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

TEREZINHA MARIA DYBAS